

## Políticas de gestão (sub)urbana de Lourenço Marques (1875-1975)

Nuno Simão Gonçalves<sup>1</sup>

### Resumo

Os subúrbios de Lourenço Marques, também conhecidos por *caniço*, cresceram com a cidade desde a sua génese. A partir de 1875, os invasores europeus proibiram os indígenas de construir as suas casas dentro do perímetro urbano, marcando desta forma o início da segregação urbana perpetrada pelos colonizadores, através de um conjunto de tramas legais que se iriam manter até à independência, em 1975. Durante um século, os subúrbios da capital de Moçambique cresceram desmesuradamente, à margem das políticas de gestão urbana da administração colonial, que sempre priorizaram a “cidade dos brancos”, *xilunguine*, em detrimento das zonas suburbanas, o *caniço*, onde se acumularam, de forma espontânea e precária, os povos colonizados. Os resultados da negligência e incompetência da administração colonial para resolver os imensos problemas urbanos e habitacionais que foram surgindo no *caniço*, ainda hoje tem inúmeras implicações negativas no quotidiano de quem vive e gere essas zonas.

**Palavras-chave:** colonialismo; subúrbio; urbanismo; segregação urbana; Moçambique; Lourenço Marques.

### A génese do *caniço*

Até ao final do século XIX os povos que habitavam a zona oriental da África Austral, organizavam-se essencialmente em reinos/clãs com características culturais, económicas e políticas diversas, delimitando os seus territórios segundo as regras específicas que variavam de reino para reino. Com a criação das novas fronteiras na região, delineadas pelos invasores europeus a partir da segunda metade de

---

<sup>1</sup> Doutorando da 2ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

novecentos,<sup>2</sup> os naturais tiveram de aprender a coexistir à força dentro de limites até então desconhecidos. Estas limitações foram não só territoriais, como também socioculturais.

Compelidos para as cidades emergentes em busca de melhores condições de vida, fugindo ao trabalho forçado<sup>3</sup> e mal remunerado e ao “imposto de palhota”<sup>4</sup> a que eram sujeitos no meio rural (Frescura, 2001: 67-68), trouxeram para os subúrbios das cidades coloniais, principalmente as capitais, como Lourenço Marques, os hábitos rurais, culturais e religiosos que foram ajustando à nova realidade urbana (Rita-Ferreira, 1968: 106-107, 145-152).

O surgimento e crescimento destes subúrbios são, em certos aspetos, idênticos a cidades de outros continentes, com maior incidência nas que sofreram grandes transformações causadas pela Revolução Industrial.<sup>5</sup> Esta, no caso europeu, causou enormes fluxos de migrantes provenientes das zonas rurais ao longo de períodos relativamente curtos, originando zonas de fixação espontâneas, precárias, insalubres e de altas densidades demográficas, onde os habitantes sofriam a exclusão social e a marginalização económica, criando inúmeras dificuldades às autoridades municipais no controlo do processo (Voth, 2004: 284).

Apesar das semelhanças com os arrabaldes dos aglomerados urbanos coloniais em África, havia algo que as distinguiu profundamente. A segregação racial e a discriminação cultural impostas às populações africanas pelo dualismo da situação colonial, que as impelia para as periferias através de complexas barreiras sociais, económicas e legislativas (Cabaço, 2007: 198; Meneses, 2010: 68-71).

A segregação urbana em África, imposta pelos invasores europeus, teve várias nuances conforme a época de fundação das cidades e da política de ocupação de cada

---

<sup>2</sup> Altura em que se intensificou a ocupação efetiva dos territórios africanos por parte das potências coloniais da altura, que, aquando da Conferência de Berlim, em 1885. Consultar Hedges (1993: 1-3), Pélissier (1994: 136-147), Cabaço (2007: 33) e Meneses (2010: 74).

<sup>3</sup> No caso de Moçambique, o trabalho compelido era conhecido localmente por *chibalo*. Consultar Penvenne (1993: 15-20).

<sup>4</sup> Consultar a obra “O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias”, de José Capela, editada em 1977 pelas Edições Afrontamento.

<sup>5</sup> As nomenclaturas dadas a estas zonas suburbanas são normalmente conotadas como negativas ou pejorativas, sendo exemplo as “villas miséria” de Buenos Aires, as “favelas” do Rio de Janeiro, os “kompongs” de Jacarta, os “bustees” de Calcutá, os “shantytowns” de Mumbai, os “bidonvilles” de Paris, os “bairros da lata” de Lisboa, os “slums” de Londres, as “tonwships” ou “native tows” de Joanesburgo, os “musseques” de Luanda, os “caniços” de Lourenço Marques/Maputo, entre outros. Consultar United Nations Human Settlements Programme (2003: 9-10).

país colonizador. Em cidades fundadas nos primeiros séculos da expansão europeia em África, como Luanda ou Cape Town, as populações indígenas<sup>6</sup> africanas ocupavam geralmente os interstícios urbanos, toleradas pelos alienígenas<sup>7</sup> europeus em favor das trocas comerciais. Esta forma de ocupação alterou-se drasticamente com a gentrificação urbana criada pela nova ordem colonial do século XIX, movida pela intenção dos colonizadores de ocupar os territórios africanos, explorar as suas matérias primas e populações nativas, passando estas últimas a serem marginalizadas para as periferias. Desta forma, a generalidade das cidades fundadas a partir dessa época, como Lourenço Marques ou Johannesburg, tiveram praticamente desde o seu início malhas urbanas mais rígidas e segregantes, fortemente influenciadas pelas novas doutrinas urbanísticas pós Revolução Industrial, onde dominavam os preceitos higienistas e de controlo laboral (Gros, 1982: 8-9). No caso da “metrópole” portuguesa de novecentos, as irregularidades urbanas e habitacionais eram “interpretadas à luz dos problemas sanitários”, tendo inclusive sido legislada “a possibilidade de expropriar e destruir casas de bairros insalubres”, como as “ilhas” da cidade do Porto (*ibidem* 1982: 10-11). Apesar de controverso na “metrópole”, este modelo de regeneração urbana rapidamente se estendeu às cidades coloniais, conforme se denota nas palavras de Augusto de Castilho,<sup>8</sup> sobre o incêndio que destruiu quase metade da povoação de Lourenço Marques em 1875, onde afirma que “as palhotas que eram mais densamente numerosas e mesmo muito mais infetas do que os preceitos da boa hygiene o permitiam, foram para sempre banidas do recinto das muralhas” (1880: 8). Este ato marcou o início da segregação urbana dos povos africanos para as periferias da capital moçambicana.

Apesar deste exemplo, em geral, os referidos modelos urbanos foram aplicados com mais celeridade e rigor em cidades coloniais africanas dominadas por países norte europeus, como a França, a Holanda e a Inglaterra, mais familiarizados com os efeitos

---

<sup>6</sup> Indígena (latim *indigena*, -ae, natural do país): 1. Que ou aquele que é natural da região em que habita. = ABORÍGENE, AUTÓCTONE, NATIVO; 2. Que ou quem pertence a um povo que habitava originalmente um local ou uma região antes da chegada dos europeus. = ABORÍGENE. *In* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

<sup>7</sup> Alienígena (latim *alienigena*, -ae, estranho, estrangeiro): 1. Que ou quem é de outro país. = ESTRANGEIRO, FORASTEIRO ≠ AUTÓCTONE, INDÍGENA, NATIVO. *In* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

<sup>8</sup> Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha, foi Governador Geral de Moçambique, de julho de 1885 a março de 1889 (Pélissier, 1994: 149).

urbanos da industrialização. Em Johannesburg, por exemplo, a administração municipal cedo segmentou a cidade segundo grupos somáticos, reservando para os não europeus, na sua maioria de origem africana<sup>9</sup>, os locais mais insalubres e distantes do centro, onde iam viver os que não eram acomodados nos *compounds*<sup>10</sup> das minas, no caso dos mineiros, ou nas traseiras das residências de europeus, no caso dos que trabalhavam como domésticos(as) (Frescura, 2001: 67-68).

Devido à influência que as cidades do *hinterland* sul-africano tiveram na capital moçambicana, esta ensaiou uma segmentação urbana idêntica no plano que viria a marcar a estrutura central da cidade. O Plano Araújo,<sup>11</sup> como ficou conhecido, contemplou um Bairro Indígena excêntrico e a oeste do centro urbano, onde se pretendia alojar as populações africanas. A sua localização seria na atual zona da Malanga, no encontro das avenidas da Tanzânia e 24 de julho, onde ainda hoje é perceptível parte do traçado original.<sup>12</sup> Contudo o Bairro Indígena propriamente dito não viria a ser construído, em parte devido à fragilidade económica e administrativa da cidade, reflexo da inoperância do projeto colonial português no país (Alexandre, 2004: 960).

Em termos comparativos, Johannesburg tinha um investimento privado mais robusto, essencialmente suportado pela exploração aurífera e por metrópoles economicamente mais sólidas,<sup>13</sup> que fomentavam e asseguravam grande parte das *locations* onde, em conjunto com os *compounds*, alojavam a mão de obra africana. Já Lourenço Marques não era uma cidade industrializada, funcionando desde o início como um *hub* comercial, onde a burguesia portuguesa local, mais ligada ao comércio e

---

<sup>9</sup> Mas também outros povos de origem malaia, indiana e chinesa (Frescura, 2001: 68).

<sup>10</sup> Segundo Frescura (2001: 68), o termo provem do malaio *kampong*, que significa recinto, estaleiro. Caracterizavam-se por serem espaços habitacionais confinados e insalubres onde as empresas de mineração sul-africanas alojavam os seus mineiros africanos. O modelo foi adaptado para Lourenço Marques pelos empregadores de mão de obra, como a *Witwatersrand Native Labour Association* [WNLA], que aí mantinham os seus trabalhadores, alguns em trânsito para as minas do Transvaal e outros para o *chibalo* da capital (Penvenne, 1993: 158).

<sup>11</sup> Também conhecido por “Projeto de Ampliação da Cidade de Lourenço Marques”, foi elaborado em 1887 pelo Major António José de Araújo, mas só seria oficialmente aprovado cinco anos mais tarde, devido às negociações com os proprietários dos terrenos onde a malha ortogonal foi projetada e implantada (Liesegang, 1987: 40).

<sup>12</sup> As três paralelas no sentido SE-NO, que começam na atual Avenida do Rio Limpopo (chamada no Plano Araújo por Avenida Norte), são, a SO, a Rua Comandante Baeta Neves e parte da Avenida Josina Machel (chamada no Plano Araújo por Avenida da Matola); ao centro, a Rua UDENAMO; e a NE, a Avenida do Rio Tembe. Das transversais a estas, ainda são perceptíveis no topo NO a Rua Gito Baloi; a Rua Dr. Amaral; e Rua do Timulhu (chamada no Plano Araújo por Rua da Coucini).

<sup>13</sup> A Inglaterra e a Holanda.

aos serviços, não tinha nem capacidade económica (Costa, 1987: 11 e 12) nem interesse em financiar bairros específicos para alojar indígenas,<sup>14</sup> apesar destes últimos serem fundamentais para a economia da urbe.

Por consequência, as populações africanas, que continuavam a afluir em massa para a capital moçambicana, foram-se acumulando em terrenos baldios dos arredores, gerando aglomerados habitacionais espontâneos colaterais à cidade dita “formal”, que ia crescendo dentro do arco da nova circunvalação.<sup>15</sup> Residir perto desse arco, que se impunha como uma linha de fronteira entre a urbe e o subúrbio, tinha enormes vantagens para as comunidades africanas, devido à proximidade com o posto de trabalho em *xilunguine*.<sup>16</sup> Isto fez com que a geografia laboral fosse um dos fatores diferenciadores na agregação dessas comunidades nos arredores da capital (Mendes, 1985: 451), acabando por contribuir para caracterização urbana, cultural, social e até mesmo política de cada um dos bairros que aí surgiram. Este fator não vai ser tão importante na distribuição dos habitantes naturais daquele território, os Mpfumu, tendo sido a sua presença transversal a todos os subúrbios, onde, mesmo depois do esbulho colonial das suas terras, uma minoria ainda conseguiu preservar a posse “legal”<sup>17</sup> de pequenas parcelas (Penvenne, 1993: 102-107). Já os habitantes de outras proveniências que migraram para os subúrbios da capital, tiveram tendência de se fixar e concentrar em zonas específicas conforme o emprego para onde iam trabalhar (Rita-Ferreira, 1968: 244). Uma maior percentagem de determinada profissão gerava redes e sinapses socioculturais que acabavam por caracterizar cada zona suburbana.

A caracterização dessas zonas foi também influenciada por outros fatores, como as regiões de proveniência de cada comunidade, os seus laços e redes familiares, a religião que praticavam, as cantinas e os fontenários onde se abasteciam de bens essenciais, etc. Estes fatores de agregação das populações suburbanas vão interagir com a fixação destas em parcelas a cujo os donos passavam a ter de pagar renda pela

---

<sup>14</sup> À semelhança do que acontecia, na mesma época, na “metrópole” em relação aos operários portugueses (Gros, 1982: 22).

<sup>15</sup> O Decreto de 9 de julho de 1909 iria fixar os limites da cidade, dando origem ao arco da circunvalação implantado segundo um raio de “2:017 metros [com] centro num ponto [...] situado no cruzamento das Avenidas Pinheiro Chagas e Castilho” (Ministério da Marinha e Ultramar, 1910: 412).

<sup>16</sup> Antiga designação (xi)ronga para referir a “cidade dos brancos”, ou “onde esses viviam”. Lobato (1967: 13), ao citar “um documento de 1830”, afirma que “já nos mais remotos matos os negros a chamavam *Xilunguine*, [...] que significa o sítio dos brancos”.

<sup>17</sup> “Legal” perante a Lei de Terras colonial imposta pelos invasores europeus, e não pelas regras fundiárias que os Mpfumu ali praticavam há séculos.

ocupação do solo e/ou habitação (Cartaxana, 1971: 29-34). Conforme iam chegando mais conterrâneos, mais a parcela se ia preenchendo com uma determinada comunidade, muitas vezes diferente, em termos socioculturais, das parcelas confinantes (Rita-Ferreira, 1968: 239). O *caniço* tornou-se assim num *melting pot* sociocultural, onde povos culturalmente diferenciados tiveram de coexistir sob o jugo colonial, em espaços precários e eternamente provisórios. Eram comunidades maioritariamente animistas (com influências muçulmanas, católicas e/ou protestantes), com estruturas familiares diversas (matriarcais, patriarcais, monogâmicas, poligâmicas) (Rita-Ferreira, 1968: 283 e 443) e uma grande mobilidade, resultante do fluxo de mão de obra para a África do Sul,<sup>18</sup> de onde recebiam uma enorme influência cultural e política.

Da preponderância destes fatores para a caracterização da estrutura suburbana da capital moçambicana, há a reter a forma como os povos africanos de diferentes proveniências aí se auto organizaram, em áreas que não foram preparadas para os receber, reagindo às condicionantes acima descritas, em especial às coloniais, e daí construírem uma outra cidade, com dinâmicas próprias, geradoras de novas sinapses socioculturais de onde provém grande parte do *adn* moçambicano.

### **Dos Bairros Indígenas aos Bairros Populares em Lourenço Marques (1887-1961)**

Até à queda da monarquia, em 1910, a incapacidade, passividade e desinteresse da administração colonial em travar e solucionar os evidentes problemas urbanos e habitacionais do *caniço*, contribuíram para a sua rápida densificação e agravamento da sua precariedade e salubridade. Salvo a intenção, não concretizada e referida anteriormente, de construir um Bairro Indígena na zona da Malanga,<sup>19</sup> não houve mais nenhuma iniciativa do género. Isto deve-se, em parte, ao facto das autoridades coloniais priorizarem as “bem feitorias” urbanas para zonas habitadas pela minoria não africana, em particular a europeia, no intuito de tornar as cidades mais atrativas, segundo os padrões sanitários da “metrópole”, e desta forma cativarem o investimento e a colonização de europeus. Esta política de gestão urbana, que reforçou a

---

<sup>18</sup> Conhecidos localmente por *magaízas*, eram na sua maioria provenientes do sul do Save. Consultar Rita-Ferreira (1963) e Mungoi (2010).

<sup>19</sup> Previsto no Plano Araújo de 1887.

macrocefalia dos centros urbanos do país, com maior incidência na capital, teve cobertura legal desde o final da monarquia,<sup>20</sup> passando pela Primeira República,<sup>21</sup> sendo reforçada e mantida pelo Estado Novo<sup>22</sup> até à independência, em 1975.

Desta forma, os espaços suburbanos, onde vivia a maioria africana, eram renegados para segundo plano nas prioridades da administração municipal. Esta só se consciencializava dos problemas urbanos e habitacionais aí existentes, quando pairava o espectro de epidemias<sup>23</sup> vindas das cidades do *hinterland* sul-africano.<sup>24</sup> Para o efeito foram esboçados vários argumentos legais, inspirados nas políticas urbanas dos países vizinhos, como testemunha o relatório sobre o “problema da habitação indígena”, elaborado em 1909 pelo Serviço de Saúde de Lourenço Marques.<sup>25</sup>

[...] A acumulação em que vivem pretos, índios e chineses, em casas que são verdadeiros antros, com os hábitos de imundície que os caracterizam, constitui um dos mais poderosos elementos de insalubridade urbana e é um perigo permanente sob o ponto de vista do alastramento de qualquer epidemia. [...] Aqueles que ficam agora sem casa,<sup>26</sup> procurarão em breve [...] instalar-se nos terrenos suburbanos, disseminando sem ordem e sem critério as suas moradias, de modo a cingirem a cidade de focos de infeção, dificilmente policiáveis.<sup>27</sup> Seria de uma grande conveniência para a higiene de Lourenço Marques que nos subúrbios da cidade fosse escolhido um local conveniente para o estabelecimento de uma povoação para indígenas e outra para asiáticos.

Nessas povoações, que deveriam obedecer a um plano previamente estudado,<sup>28</sup> permitir-se-ia a construção de palhotas ou de casas rudimentares de madeira e zinco,

---

<sup>20</sup> Consultar as páginas 423-426 da *Collecção Official da Legislação Portuguesa: Anno de 1904*, publicada em 1905.

<sup>21</sup> Consultar as páginas 23-24, das *Bases Orgânicas das Províncias Ultramarinas*, publicada em 1914.

<sup>22</sup> Consultar a página 1311, do *Decreto n.º 18570, de 8 de julho de 1930, que aprovou o Ato Colonial*, e a página 1906, do *Decreto-Lei n.º 23228, de 15 de novembro de 1933, que promulgou a Carta Orgânica do Império Colonial*.

<sup>23</sup> Como a peste bubónica, que assolou a metrópole em 1889, em particular as “ilhas” da cidade do Porto, estimulando a administração municipal a tentar resolver, pela primeira vez, o problema da habitação precária das classes sociais economicamente mais vulneráveis (Gros, 1982: 80).

<sup>24</sup> Consultar o “Report from Lourenço Marquez. Danger of Importation of Plague from Johannesburg”, que consta na página 1225, do vol. 19, n.º 25, da *Public Health Reports*, impressa em 19 de junho de 1904.

<sup>25</sup> Publicado no periódico *Lourenço Marques Guardian*, em 14 de junho de 1909. (Agradeço a António Sopa esta referência).

<sup>26</sup> Os não europeus que ainda viviam intra circunvalação e que foram obrigados a ir viver para o exterior desse arco.

<sup>27</sup> Algo que acabou por acontecer nos subúrbios de Lourenço Marques.

<sup>28</sup> Á semelhança dos “native towns” ou “townships” das cidades coloniais sul-africanas.

sendo proibidas as edificações de alvenaria. Esta proibição teria por fim o poder-se destruir facilmente a povoação, ou parte dela rapidamente, sem grandes prejuízos, quando disso houvesse uma imperiosa necessidade.<sup>29</sup> [...] A indígenas, a proibição de habitarem dentro da cidade estender-se-ia a todos, com exceção dos que, pelas suas condições sociais e modo de vida, merecessem especial tratamento<sup>30</sup>, e dos serviçais que vivessem na casa dos seus patrões em alojamentos convenientes.<sup>31</sup>

No relatório é evidente a intenção de isolar os povos não europeus para os subúrbios através de argumentos higienistas, propondo a construção de bairros específicos separados do centro, à semelhança das *locations* de cidades como Johannesburg. Para reforçar o cerco legislativo aos indígenas foi oportunamente aprovado, em julho do mesmo ano, o “Regime provisório para a concessão de terrenos do Estado na província de Moçambique” (Ministério da Marinha e Ultramar, 1910; Rita-Ferreira, 1968: 142 e 143), que os excluía dos direitos de posse da terra (Zamparoni, 1998: 60). Apesar de alguma contestação local (Mendonça e Pinto, 2015: 228) ao Diretor da Agrimensura,<sup>32</sup> os lesados, como os Mpfumu, passaram de legítimos e ancestrais proprietários das suas terras, a clandestinos sujeitos às imposições dos invasores europeus. Este facto, em conjunto com a proibição de residirem em *xilunguine*, expressa no relatório referido anteriormente, criou a trama “legal” que esteve na génese do *caniço*.

A mudança política ocorrida na metrópole em 1910 não irá reverter esta situação, já que os valores defendidos pelos republicanos<sup>33</sup> não foram extensivos aos povos africanos colonizados, sobre quem se endureceu a repressão e exploração (Isaacman e Isaacman, 1983: 29-38; Serra, 2000: 211), continuando-lhes a vedar o acesso a direitos básicos de cidadania (Henriques, 2010: 149). Por outro lado, a Primeira República

---

<sup>29</sup> Esta proibição iria manter-se praticamente até à independência, sendo uma das causas da precariedade habitacional nos subúrbios.

<sup>30</sup> Referindo-se aos ditos “assimilados” que, apesar do suposto “tratamento especial”, também sofreram com o jugo colonial. Consultar a obra “Os Assimilados, João Albasini e as Eleições, 1900-1922”, de José Moreira, editada em 1997 pelo Arquivo Histórico de Moçambique.

<sup>31</sup> Até à independência, a mão de obra africana que prestava serviços domésticos aos não africanos, teve, de alguma forma, alguns privilégios, em especial numa maior mobilidade pelas ruas de *xilunguine*. Consultar Zamparoni (1999, 2012: 222-230).

<sup>32</sup> Coronel Pedro Luiz Bellegarde da Silva. Foi o responsável pela implementação do referido “regime”, e acumulou os cargos de Governador Geral e Topógrafo Mor de Moçambique. Consultar a sua obra “Agrimensura e cadastro predial na Província de Moçambique”, editada no Porto em 1911.

<sup>33</sup> “Liberdade, igualdade e fraternidade”.



aumentou o investimento nas colónias com recurso ao capital estrangeiro, maioritariamente britânico (Gros, 1982: 34), que, no caso de Moçambique, teve maior enfoque na infraestrutura ferroviária (Ferraz, 1975: 468). Este facto vai-se materializar num ascendente na economia local (Ferreira, 2010: 113), em particular na capital, que vai aumentar a necessidade de mão de obra (Penvenne, 1993: 58-59) e, conseqüentemente, atrair mais (e/i)migrantes africanos.<sup>34</sup>

A maioria foi trabalhar para o grande empregador da cidade, o Porto e Caminho de Ferro de Lourenço Marques [PCFLM], o que provocou uma rápida densificação demográfica nos subúrbios contíguos, onde se irão concentrar os principais *compounds* dos empregadores de mão de obra africana.<sup>35</sup> Será essa zona suburbana, conhecida por Chamanculo, a escolhida para a construção do Bairro Indígena do Xipamanine (de 1918 a 1921), o primeiro do género na cidade. Ai foram alojadas cerca de uma centena de pessoas,<sup>36</sup> nas trinta e três casas de alvenaria com cobertura de zinco que foram projetadas e construídas, das quais dezassete tinham somente dois compartimentos (quartos) e dezasseis apenas um, tendo cada lote “um pequeno quintal e cozinha e casa de banho exteriores” (Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1952: 48). Numa população suburbana que, no final da década de [19]20, rondava os 20.000 habitantes (Azevedo, 1969a: 58), a iniciativa viria a revelar-se inconsequente na resolução dos problemas urbanos do *caniço*, valendo mais pela construção do Mercado Indígena contemplado pelo projeto e que se tornou no maior da cidade por servir a sua população predominante, a africana.

A inoperância da administração colonial em resolver os problemas urbanos e habitacionais das classes desfavorecidas, neste caso, as de origem africana, não se cingia só às colónias, já que na metrópole as dificuldades eram idênticas. Ai, só com o Decreto n.º 4137, de 24 de abril de 1918,<sup>37</sup> é que o Governo metropolitano se propôs a erradicar os bairros «infectos e lúgubres» de Lisboa e Porto (Gros, 1982: 80). A

---

<sup>34</sup> Em particular swahilis da costa oriental africana, com maior predominância os da Ilha de Moçambique (Makhuwas que, na sua maioria, migraram com a mudança da capital) e das Ilhas Comores (que ficaram conhecidos como os “Comoreanos” da Mafalala). Do sul do Save vieram essencialmente os bi-tongas, os ngunis e os machopes, a maioria para trabalhar nas minas do Transvaal. Consultar Harries (1994: 141-191) e Sopa (2014: 35).

<sup>35</sup> Como o WNLA.

<sup>36</sup> Na sua maioria eram funcionários indígenas do PCFLM, possivelmente pertencentes à elite emergente entre os africanos locais.

<sup>37</sup> A menos de um mês do início da construção do Xipamanine.

iniciativa revelou-se inconsequente, apesar de, mesmo assim, se ter conseguido construir o Bairro Sidónio Pais<sup>38</sup> que, à semelhança do Xipamanine, não teve outros congéneres devido ao desinteresse dos investidores privados e à fragilidade económica do Estado para enfrentar o problema (Matos, 1994: 685).

Depois da ineficácia destas tentativas, a questão da precariedade habitacional só voltaria a ser priorizada no Estado Novo, tanto na metrópole como nas colónias. Na primeira, conseguiu-se implementar com algum sucesso, a partir de 1933, “a solução da moradia de propriedade resolúvel”, que se materializou na construção de “milhares de casas económicas construídas por todo o país”, a que se juntaram “as casas para pescadores, as moradias para famílias pobres e as habitações de renda económica e de renda limitada” (Gros, 1982: 80). Nas colónias, em particular no caso aqui em estudo, o sucesso ficou muito aquém do esperado, já que a dimensão do problema era esmagadoramente maior em comparação com a metrópole e a vontade local de o resolver bastante menor. Contudo tentou-se por via legal<sup>39</sup> “fixar as áreas dos subúrbios da cidade destinadas a bairros indígenas”, no intuito de controlar “a construção e implantação” das suas habitações, para, desta forma, evitar que continuassem “à margem de toda a regulamentação” pois, segundo a administração colonial, era um “grave inconveniente para a saúde, ordem e moral públicas” (Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1952: 49).

Estas intenções cedo se demonstraram inexecutáveis, em grande parte devido à trama burocrática existente e à debilidade económica da colónia e, não menos importante, aos interesses locais instituídos. Destes últimos destaca-se o corporativismo dos terratenentes do *caniço*, que viam assim ameaçados os enormes lucros provenientes das rendas ilícitas (livres de impostos e deveres) cobradas aos habitantes do *caniço*, sob a passividade e, muitas vezes, cumplicidade, da administração urbana da cidade (Cartaxana, 1971: 29-34; Rita-Ferreira, 1968: 198-201). Apesar dos entraves, acabou por ser construído o Bairro Indígena da Munhuana,<sup>40</sup> com

---

<sup>38</sup> Atualmente o Bairro da Arrábida, no Porto. Foram construídas “35 habitações individuais geminadas 4 a 4” (Matos, 1994: 685), uma quantidade semelhante à do Xipamanine.

<sup>39</sup> Através do Diploma Legislativo n.º 616, publicado em 1938.

<sup>40</sup> As obras iniciaram-se em 20 de fevereiro de 1940 tendo a primeira série de casas ficado concluídas em abril de 1942 (Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1952: 49). Os fundos para parte da primeira fase de construção vieram de um *deferred pay* que a Câmara de Minas da África do Sul devia ao Governo da Colónia de Moçambique, de salários em atraso a *magaízas* (Magaia, 1973).

o intuito de realojar a elite africana emergente que, supostamente, já conseguiria suportar as rendas das casas a coletar pelo município (CESSDC 1964: 11-12; Mendes, 1985: 95; Oliveira, 1939). O projeto teria sido encomendado pelo PCFLM, em 1934, para albergar o pessoal ferroviário, estando previsto a sua construção inicial a 12km do centro da cidade.<sup>41</sup> Este projeto inicial viria a ser alterado, não só ao nível dos edifícios, como na escolha do local, acabando por ser implantado onde se encontra atualmente. O bairro foi amplamente publicitado pelo regime colonial como um modelo a replicar, mas acabou por redundar num fracasso, tendo sido muito contestado pelos seus habitantes, nada satisfeitos com as pequenas dimensões das casas e, acima de tudo, pelo facto de terem sido implantadas numa zona pantanosa, quase sempre alagada na época chuvosa (CESSDC 1964: 57, 97 e 103).

Esta situação de precariedade habitacional no *caniço* vai-se agravar com o final da Segunda Guerra Mundial, gerando um descontentamento cada vez maior entre as elites africanas que ali viviam e iam unindo esforços com movimentos nacionalistas emergentes em outros países africanos, com o intuito de se libertarem do colonialismo europeu. A aparente *pax lusitana* que se vivia no país, promovida pelo regime colonial, criava um clima de aparente harmonia entre a comunidade colonizadora, que não tinha reflexo na dos colonizados (Cabaço, 2007: 218 e 332). Enquanto a maior parte das potências colónias negociavam a independência das suas colónias, o regime salazarista mantinha-se firme nas suas convicções colonialistas, reforçando a presença colonial nos territórios ocupados.

A partir dos anos 50, a pressão da comunidade internacional para que Portugal libertasse as recém nomeadas Províncias Ultramarinas era cada vez maior, o que faz, por um lado, endurecer o regime e, por outro, refinar a retórica *luso-tropical* (Cabaço, 2007: 282-291). Ao nível da gestão (sub)urbana, esta política colonial portuguesa acentuou a linha de fronteira entre a *cidade de cimento* e a *do caniço*, promovendo cada vez mais o esplendor da primeira, para atrair mais colonos da metrópole e turistas das colónias vizinhas, em detrimento da segunda, que ia ignorando, reprimindo e escondendo do exterior (Mitchell, 1975: xii).

Para fazer face à contestação interna movida, em grande parte, pelas crescentes

---

<sup>41</sup> No seguimento da atual Avenida Karl Marx em direção a Marracuene, aproximadamente na atual zona de Magoanine (Andrade, 1935: 187-189).

assimetrias socioeconómicas e habitacionais sentidas no *caniço*, a administração colonial ensaiou, em 1948, a criação de um *Fundo para a Construção de Casas Económicas*, direcionado aos funcionários municipais africanos (Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1952: 43). Mais uma vez esta iniciativa não iria passar das intenções, sendo necessário esperar uma década até ser criado o *Fundo para Construção de Casas Destinadas à População Indígena*, baseado nos dogmas assimilacionistas da Lei do Indigenato.<sup>42</sup> Foi um plano ambicioso e idealista, que, tal como os seus antecessores, deparou, na sua realização prática, com sérias dificuldades financeiras, jurídicas e administrativas (Rita-Ferreira, 1968: 201), evidenciando novamente a precariedade, incapacidade e, de alguma forma, pouca vontade da administração colonial em resolver “o problema habitacional das classes economicamente débeis”<sup>43</sup> que rodeavam a, cada vez mais, radiosa “cidade das acácias vermelhas”.<sup>44</sup>

### **O impacto da Guerra Colonial na gestão dos subúrbios**

O fosso da “fronteira de asfalto”, vincado pela circunvalação, continuava a aumentar e será aí onde irão ocorrer as grandes sínteses das diferentes culturas da cidade, bantu e euro-asiática, num sentido predominantemente unilateral, ou seja, do colonizado a adaptar-se ao colonizador. Destas zonas de contacto sociocultural irão emergir grande parte das elites africanas precursoras dos chamados “movimentos de libertação”, que intensificavam a sua contestação ao poder colonial, de uma forma cada vez mais politizada e organizada, algo menos provável de acontecer nos meios rurais, onde a população era mais dispersa, iletrada, etnicamente fragmentada e com maior resistência a valores não tradicionais (Cabaço, 2007: 193). Será em cidades como Lourenço Marques, que os colonizados urbanos terão maior contacto com o poder colonial, sendo dessa forma mais fácil de o entender, contestar e criar estratégias para o combater (Mondlane, 1995: 89-97).

---

<sup>42</sup> Decreto-Lei n.º 39666, de 20 de maio de 1954, baseada na Lei Orgânica do Ultramar (Lei n.º 2066, de 27 de julho de 1953). Consultar também Mondlane (1995: 43) e Hedges (1993: 182-183).

<sup>43</sup> Expressão muito em voga no início dos anos [19]60, na linha retórica luso-tropical, para descrever os colonizados em Moçambique. A ideia foi apresentada na Assembleia Nacional em Lisboa, pelo médico da terra (um mestiço de Quelimane), Manuel Henriques Nazaré (Nazaré, 1989).

<sup>44</sup> Designação elogiosa de Lourenço Marques, popularizada por um artigo de Alexandre Lobato (1961: 147-163).

Quando num ambiente urbano idêntico, se iniciou a Guerra Colonial<sup>45</sup> a partir dos *musseques* de Luanda, em fevereiro de 1961, disparou o alarme em Moçambique para a possibilidade de algo semelhante vir a surgir no *caniço* da capital. O regime colonial português consciencializou-se então de que poderia ter às portas de *xilunguine*, um potencial inimigo que, até então, julgava dominado. Aperceberam-se então que o ambiente hostil dos subúrbios era propenso a um fenómeno de “mutação e assimilação que gerava um processo de inculturação a que a ação da política direta dos colonizadores era alheia. As autoridades portuguesas, não controlando esse fenómeno social, não o compreendiam e, portanto, temiam-no” (Cabaço, 2007: 197). Receando a formação de focos subversivos nos subúrbios, a PIDE-DGS, em conjunto com as forças militares, optaram por recorrer a estratégias de ação psicossocial para, por um lado, aliciarem os colonizados “a identificarem-se com os valores coloniais e a comprometer-se ativamente na sua defesa” (Coelho, 2012: 307) e, por outro, poderem vigiar de perto, no seu habitat suburbano, potenciais “agitadores ou mentores de ideologias emancipalistas” (PIDE-DGS, 1971).

A *Junta dos Bairros e Casas Populares* [JBCP]<sup>46</sup> foi criada neste âmbito, tendo uma ação mais ativa que a sua antecessora<sup>47</sup> mas, ainda assim, insuficiente para resolver os enormes problemas urbanos dos *caniços* moçambicanos, acumulados ao longo de décadas de desleixo e desinteresse da administração colonial (Nazaré, 1989: 13-16). Devido à resposta deficiente da JBCP ao caso excepcional de Lourenço Marques, o respetivo município resolveu contratar o gabinete do engenheiro civil e urbanista, Mário de Azevedo, para projetar um novo *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques* [PDULM] para a capital (Azevedo, 1969b). Será um dos planos mais bem conseguidos da cidade, com especial sensibilidade para os problemas urbanos do *caniço*, onde elaborou um estudo bastante aprofundado, no qual, pela primeira vez, se contou com a participação e opinião das comunidades suburbanas (Bruschy, 2014). O PDULM irá revelar finalmente a real dimensão socioeconómica, habitacional e urbanística do *caniço*, o que levou a administração colonial a criar um gabinete específico só para tratar das zonas suburbanas da capital, o Gabinete de Urbanização e

---

<sup>45</sup> Conhecida entre os moçambicanos por “Guerra de Libertação Nacional”.

<sup>46</sup> Ao abrigo do D.L. nº. 2297, de 13.10.1962 e do regulamento da Portaria nº. 16999, de 6.7.1963.

<sup>47</sup> O *Fundo para Construção de Casas Destinadas à População Indígena*, descrito anteriormente.

Habitação da Região de Lourenço Marques [GUHARLM].

### **O GUHARLM: da ação psicossocial à realidade social (1969-1974)**

O GUHARLM,<sup>48</sup> foi a iniciativa mais substantiva da administração colonial para tentar resolver os problemas urbanos do *caniço*. Uma das chaves do seu sucesso foi a vontade política que lhe estava subjacente, ou mesmo oculta, ou seja, a ação psicossocial com um intuito antissubversivo da população africana dos subúrbios. Para tal o gabinete gozava de autonomia económica e administrativa, tendo sido instituído de poderes supramunicipais, reportando diretamente ao Governo Geral da Província, o que habilitava a equipa técnica, liderada pelo engenheiro Canha e Sá, de uma maior autonomia e imunidade perante os poderes instituídos<sup>49</sup> que tantas vezes minaram outras iniciativas descritas anteriormente.

O GUHARLM irá herdar o trabalho iniciado pela equipa do PDULM para o *caniço* (Bruschy, 2014) e o pouco que havia sido feito pela JBCP (Paixão, 2014). Esse legado será potenciado por um trabalho em estreito contacto com as comunidades suburbanas, onde implantaram as suas instalações,<sup>50</sup> fizeram recenseamentos, projetaram e construíram infraestruturas básicas<sup>51</sup> e equipamentos,<sup>52</sup> entre outras importantes melhorias para os subúrbios e seus habitantes. Em apenas em 5 anos de atividade a instituição consegue obter mais e melhores resultados do que em décadas de iniciativas goradas, descritas anteriormente.

O que começou por ser uma ação de estratégia psicossocial, com motivações político-militares dos colonizadores, acabou por um efeito inverso semelhante ao que aconteceu com os militares, conforme testemunha o Coronel Manuel Duran Clemente:

A ação psicossocial dirigida ao dito inimigo e às populações naturais acabou por se

---

<sup>48</sup> Foi oficialmente criado pelo Decreto-Lei n.º 48.860, de 8 de fevereiro de 1969.

<sup>49</sup> Como os muitos terratenentes dos subúrbios, que lucravam imenso com a cobrança de rendas aos africanos, isentas de impostos (Cartaxana, 1971: 29-34), e viam com relutância as iniciativas para regularizar os problemas urbanos e habitacionais dessas zonas. Muitos destes latifundiários fizeram imensa resistência ao trabalho do GUHARLM (Paixão, 2014).

<sup>50</sup> Que atualmente são as instalações do MICOA na Avenida Acordos de Lusaka (antiga Craveiro Lopes).

<sup>51</sup> Em particular valas de drenagem, que sempre foram um dos principais problemas para os bairros suburbanos.

<sup>52</sup> Como a Escola Básica da Mafalala, projetada pela arquiteta Assunção Paixão no início dos anos [19]70 (Paixão, 2014).

tornar num “boomerang” que se virou contra a própria política colonial. Os militares para desempenharem esta missão tiveram de contactar cada vez mais intimamente a realidade das sociedades indígenas. Facilmente se aperceberam das gritantes injustiças das relações coloniais e da violência e da enorme mentira que estava escondida atrás da propaganda oficial do regime. Os militares ter-se-ão convencido que estavam a combater na guerra errada.<sup>53</sup>

Devido a este efeito *boomerang*, alguns técnicos europeus do GUHARLM, em particular a arquiteta Maria da Assunção Paixão e o arquiteto Norberto Barroca,<sup>54</sup> contribuíram para que a instituição passasse a ser mais sensível à realidade do meio milhão de pessoas que, à época, viviam nos subúrbios da capital (Mazembe, s.d.; Barroca, 2014; Carrilho, 2014; Paixão, 2014). Os resultados foram tão positivos para a administração colonial que se chegou a debater na Sessão de 19 de abril de 1974 da Assembleia Geral na metrópole, a possibilidade de se criar um “Plano Estadual de Habitação e Urbanismo para Angola e Moçambique”, baseado na experiência adquirida pelo GUHARLM, em particular no “Plano das Lagoas – malha 1”, produzido pelo gabinete e que foi considerado “como o primeiro grande passo para a solução do problema habitacional em Lourenço Marques”.<sup>55</sup>

A intenção revelar-se-ia tardia, já que passados cinco dias dava-se a “Revolução dos Cravos” na metrópole, que rapidamente se disseminou pelos restantes “territórios ultramarinos”, ditando o fim do colonialismo português. Apesar da conturbada mudança política que se seguiu, o legado do GUHARLM na gestão (sub)urbana da capital, agora Maputo, foi enorme, tendo sido aplicado grande parte do trabalho realizado pelo gabinete, com os respetivos ajustes ao novo cenário político, social, cultural e económico (Mazembe, s.d.; Carrilho, 2014; Paixão, 2014). A arquiteta “São” Paixão, foi a única funcionária de origem europeia que ficou na recém criada República Popular de Moçambique, dando continuidade ao trabalho do gabinete, com a ajuda dos funcionários africanos que se mantiveram na instituição. Das suas ações mais

---

<sup>53</sup> Em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th7>, acedido em 12 de fevereiro de 2015.

<sup>54</sup> Formado na ESBAL, foi contratado em Lisboa por Canha e Sá para ingressar no GUHARLM em finais de 1969. Paralelo ao seu trabalho na instituição, promoveu muitas peças de teatro nos subúrbios de Lourenço Marques, em conjunto com atores amadores locais, tendo alguns deles singrado no Teatro pós independência (Barroca, 2014).

<sup>55</sup> Consultar o n.º Diário das Sessões da Assembleia Geral Portuguesa, n.º 52, de 19 de abril de 1974-04-19.

relevantes durante a transição política, destacam-se a adaptação das “cantinas” em Lojas do Povo e a contribuição técnica para as muitas intervenções urbanísticas que se fizeram nos “bairros suburbanos” da cidade como, por exemplo, a do bairro da Malhangalene.

Em resumo, só nos últimos cinco anos da administração colonial é que esta conseguiu demonstrar vontade política, apesar das intenções dúbias, com alguns resultados concretos, para tentar solucionar os problemas habitacionais dos subúrbios. Só que estes, acumulados ao longo de um século (1875-1975) de fragilidade económica e administrativa colonial, foram demasiado grandes para se poderem resolver em tão pouco tempo, tendo-se tornado um dos patrimónios de influência portuguesa mais sombrios e difíceis de solucionar pela administração urbana pós-independência, sendo ainda bem presentes nos (outrora) subúrbios, muitos dos problemas do tempo colonial.

### Referências Bibliográficas

- Alexandre, Valentim (2004), “O Império Português (1825-1890): ideologia e economia”. *Análise Social*, (169), 959-979.
- Andrade, Abel de Noronha e (1935), “Projecto de Bairro para habitação do pessoal dos serviços de portos e caminhos-de-ferro nos subúrbios de Lourenço Marques”. *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, 66(718), 137-160.
- Azevedo, Mário de (1969a), “Estudo Demográfico”, in *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Câmara Municipal de Lourenço Marques, Vol. VII.
- Azevedo, Mário de (1969b), *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques* (Vols. I-XXIII). Lourenço Marques: Câmara Municipal de Lourenço Marques.
- Barroca, Norberto (06.11.2014), Entrevista ao arquiteto Norberto Barroca, em Lisboa [Áudio].
- Bruschy, José (abril 2014), Entrevista ao arquiteto José Bruschy, no seu atelier em Lisboa [Áudio].
- Cabaço, José Luís (2007), *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação* (PhD). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Câmara Municipal de Lourenço Marques (ed.) (1952), *Anais da Câmara Municipal de Lourenço Marques: 1950*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Carrilho, Júlio (03.01.2014), Entrevista arquiteto Júlio Carrilho, na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico em Maputo [Áudio].
- Cartaxana, Rui (1971), *Eu, um homem «a liquidar»*. Lourenço Marques: Tempográfica.
- Castilho, Augusto de (1880), *O districto de Lourenço Marques, no presente e no futuro*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa.



- CESSDC (1964), *Inquérito habitacional realizado no Bairro da Munhuana*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Coelho, João Paulo Borges (2012), “Tropas negras na Guerra Colonial em Moçambique”, in Cláudia Castelo (ed.), *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 303-314.
- Costa, Inês Nogueira da (1987), *Contribuição para o estudo do colonial-fascismo em Moçambique*. Arquivo Histórico de Moçambique.
- Ferraz, José Manuel (1975), “O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26)”. *Análise Social*, XI(42-43), 454-471.
- Ferreira, Manuel Ennes (2010), “Economia e império: o comércio colonial durante a Primeira República”, in José Miguel Sardica (ed.), *A primeira República e as colónias portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa: EPAL, 108-128.
- Frescura, Franco (2001), “The Spatial Geography of Urban Apartheid”, in Abebe Zegeye e Robert Kriger (eds.), *Culture in the New South Africa: After Apartheid*. Roggebaai: Kwela Books, Vol. 2, 65-90.
- Gros, Marielle Christine (1982), *O alojamento social sob o fascismo*. Porto: Afrontamento.
- Harries, Patrick (1994), *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, C.1860-1910*. Johannesburg: Witwatersrand Univ. Press.
- Hedges, David, et al. (1993), *História de Moçambique, Vol. 3, Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento da História.
- Henriques, Isabel Castro (2010), “A África e a Primeira república: paradoxos, estratégias e práticas coloniais” in José Miguel Sardica (ed.), *A primeira República e as colónias portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa : EPAL, 146-187.
- Isaacman, Allen; Barbara Isaacman (1983), *Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982*. Boulder: Aldershot: Westview; Gower.
- Liesegang, Gerhard (1987), “Lourenço Marques Antes de 1895”, *Arquivo. Centenário da Cidade de Maputo: 1887-1987*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique e Universidade Eduardo Mondlane, 19-75.
- Lobato, Alexandre (1961), *Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Lobato, Alexandre (novembro 1967), “Lourenço Marques, 1830”. *Boletim Municipal Lourenço Marques*. Lourenço Marques, 8-18.
- Magaia, Albino (18.02.1973), “Bairro da Munhuana de 1935 a 1973”. *Revista Tempo*, (127).
- Matos, Fátima Loureiro de (1994), “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”. *Análise Social*, XXIX(127), 677-695.
- Mazembe, Albino (s.d.), *GUHARLM*.
- Mendes, Maria Clara Teles (1985), *Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial*.

- Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Mendonça, Fátima; Pinto, César Braga (2015), *João Albasini e as luzes de Nwanzengele: Jornalismo e política em Moçambique 1908-1922*. Maputo: Alcance.
- Meneses, Maria Paula (2010), "O «indígena» africano e o colono «europeu»: a construção da diferença por processos legais". *E-cadernos CES*, (7), 68-93.
- Ministério da Marinha e Ultramar (1910), "Decreto 9 de julho de 1909", *Collecção de legislação relativa às colónias portuguesas em África: Anno de 1909*. Lisboa: Imprensa Nacional, 412-447.
- Mitchell, Hilary Flegg (1975), *Aspects of urbanisation and age structure in Lourenço Marques (Maputo)*. Lusaka: NECZAM, University of Zambia, Institute for African Studies.
- Mondlane, Eduardo (1995), *Lutar por Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- Mungoi, Dulce Maria Domingos Chale João (2010), *Identidades viajeiras: família e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as minas da terra do Rand, África do Sul* (PhD). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Nazaré, Manuel Henriques (1989), "O problema habitacional das classes economicamente débeis no Ultramar (1967)", *Temas ultramarinos*. Lisboa: Manuel Henriques Nazaré.
- Oliveira, J. Nunes (1939), "Bairros indígenas de Lourenço Marques". *Boletim Geral das Colónias*, XV(165), 91-92.
- Paixão, Maria da Assunção (04.01.2014), Entrevista à arquiteta Maria da Assunção Paixão, na sua residência em Maputo [Áudio].
- Pélissier, René (1994), *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. Manuel Ruas (trad.). Lisboa: Estampa. Vol. 1.
- Penvenne, Jeanne Marie (1993), *Trabalhadores de Lourenço Marques: 1870-1974: antologia de artigos*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- PIDE/DGS (1971), *Região das áreas urbana e suburbana de Lourenço Marques* (Secreto No. PT-TT-PIDE-D-F-001-00001N). Lourenço Marques: PIDE/DGS.
- Rita-Ferreira, António (1963), *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- Rita-Ferreira, António (1968), "Os africanos de Lourenço Marques". *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, 9, 95-491.
- Serra, Carlos (2000), "O Estado Colonial português em Moçambique", in Carlos Serra (ed.), *História de Moçambique. Vol.1*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, vol. 1, 201-221.
- Sopa, António (2014). *A alegria é uma coisa rara: subsídios para a história da música popular urbana em Lourenço Marques (1920-1975)*. Maputo: Marimbique, Conteúdos e Publicações.
- United Nations Human Settlements Programme (2003), *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*. UN-HABITAT.
- Voth, Hans-Joachim (2004), "Living standards and the urban environment", in Roderick Floud, et al. (eds.), *The Cambridge Economic History of Modern Britain*. Cambridge: Cambridge University Press,

268-294.

Zamparoni, Valdemir Donizette (1999), "Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940". *Afro-Ásia*, (23), 145-172.

Zamparoni, Valdemir Donizette (2012), *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA/CEAO. [<sup>1</sup>2007].